



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Atitudes de professores face a situações de abuso sexual: o papel dos mitos

Ana Raquel Rodrigues da Costa

Mestrado em Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientadora:
Eunice Vieira Magalhães
Investigador Auxiliar
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientadora:
Cláudia Sofia Dinis Camilo
Investigador Júnior Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2025



CIÉNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

Atitudes de professores face a situações de abuso sexual: o papel dos mitos

Ana Raquel Rodrigues da Costa

Mestrado em Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientadora:
Eunice Vieira Magalhães
Investigador Auxiliar
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientadora:
Cláudia Sofia Dinis Camilo
Investigador Júnior Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2025

*Às crianças pelo direito a crescerem livres de qualquer violência. E a todos os professores,
pelo seu compromisso de as acompanhar com cuidado, esperança e proteção.*

Agradecimento

O caminho percorrido até à conclusão deste ciclo foi exigente e, por vezes solitário, no entanto, nunca foi percorrido em solidão. A presença constante das pessoas que marcaram e continuam a marcar o meu percurso académico e de vida foi determinante. Foram elas que deram sentido, força e alento a esta jornada.

Às minhas orientadoras, Professora Eunice Magalhães e Professora Cláudia Camilo, expresso a minha sincera gratidão. O rigor científico, profissionalismo e dedicação, aliados à sensibilidade e à atenção com que acompanharam cada etapa deste processo, foram uma inspiração e um estímulo para procurar fazer sempre melhor.

Aos meus colegas de formação, pelas conversas, pelas dúvidas partilhadas e pelos momentos de cumplicidade que tornaram este percurso mais enriquecedor.

Às “Special 5”, pela amizade genuína e pela presença constante. Por terem acreditado em mim, por me ampararem nos momentos difíceis e celebrarem comigo a vida e cada vitória.

Aos meus pais, por tudo o que sou e pelo que me ensinaram a ser. Porque os valores que me transmitiram são o alicerce de cada passo que dou.

Ao meu marido, companheiro incansável nesta aventura que é a nossa vida, pelo seu amor incondicional e pela presença constante. O seu apoio e incentivo foram a força que me sustentou nos dias mais desafiantes. Sem ele, não teria sido possível chegar tão longe. Continuaremos juntos a derrubar barreiras, mesmo as que parecem intransponíveis.

Aos meus filhos pelo amor profundo que nos une, que nos nutre e se manifesta em cada gesto. São uma fonte diária de inspiração, de aprendizagem e de superação. Agradeço-lhes a paciência, o carinho e o afeto, sobretudo nos momentos em que precisei de estar mais distante. Cada abraço e cada beijo trocados enquanto estava a redigir este trabalho foram um alento indescritível.

A todos, o meu mais profundo e sincero agradecimento.

Resumo

Este estudo teve como objetivo explorar o papel do género da vítima e do agressor nas atribuições de professores de severidade do abuso, honestidade e credibilidade da vítima e culpabilidade do agressor assim como testar o papel moderador dos mitos. A amostra foi constituída por 283 professores (23-78 anos; $M = 51.44$; $DP = 10.50$), maioritariamente do género feminino (85.5%).

Os resultados revelaram um efeito principal estatisticamente significativo da manipulação experimental, especificamente ao nível da severidade do abuso, da honestidade da vítima e da credibilidade da vítima. Especificamente, níveis superiores de severidade do abuso foram reportados num cenário de abuso sexual por parte do pai ao filho comparativamente a um cenário de abuso sexual por parte da mãe ao filho. Níveis superiores de honestidade da vítima e de credibilidade da vítima foram reportados num cenário de abuso sexual por parte do pai ao filho comparativamente a um cenário de abuso sexual por parte da mãe à filha. Além disso, foi encontrado um efeito de moderação estatisticamente significativo dos mitos na relação entre a manipulação experimental e as atribuições de severidade do abuso.

Estes resultados sugerem a necessidade de considerar criticamente o papel das atribuições e percepções dos professores em situações de abuso sexual de crianças e adolescentes, no sentido de promover a implementação de estratégias e programas com vista à minimização do endosso de mitos e estereótipos de género. A capacitação sistemática de professores configura uma oportunidade importante de assegurar que estes atuam como agentes de proteção no contexto escolar.

Palavras-Chave: Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes; Mitos; Papel de Género; Professores.

Abstract

This study aimed to explore the role of victim's and perpetrator's gender in teachers' attributions of abuse severity, victim honesty and credibility, and perpetrator culpability, as well as to test the moderating role of child sexual abuse myths. The sample included 283 teachers (aged 23-78; $M = 51.44$; $SD = 10.50$), mostly female (85.5%).

The results revealed a statistically significant main effect of the experimental manipulation, specifically in terms of the severity of abuse, the victim's honesty, and the victim's credibility. Specifically, higher levels of abuse severity were reported in a scenario of sexual abuse by the father towards his son compared to a scenario of sexual abuse by the mother to the son. Higher levels of victim's honesty and victim's credibility were reported in a scenario of sexual abuse by a father towards his son compared to a scenario of sexual abuse by a mother towards her daughter. In addition, a statistically significant moderating effect of myths was found in the relationship between experimental manipulation and the severity of abuse. These results suggest the need to critically consider the teachers' attributions and perceptions in child sexual abuse circumstances, to ensure the implementation of strategies and programs aimed at minimizing the endorsement of child sexual abuse myths and gender stereotypes. Regular training might provide a critical opportunity to ensure that teachers act as agents of child protection in the school context.

Keywords: Child Sexual Abuse; Myths; Gender Roles; Teachers.

Índice

Resumo.....	v
Abstract	vii
Introdução.....	1
Capítulo I.....	3
Enquadramento Teórico	3
1.1 Contextualização do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes	3
1.2. Mitos sobre o Abuso Sexual de Crianças e Jovens: o Papel do Género da Criança e do Agressor	4
1.3. O Papel dos Professores no Contexto do Abuso Sexual na Infância e Adolescência	7
1.4. O Presente Estudo	8
Capítulo II	11
Método	11
2.1. Participantes	11
2.2. Materiais.....	11
2.2.1. Questionário Sociodemográfico	11
2.2.2. Mitos sobre Abuso Sexual.....	12
2.2.3. Vinhetas de Abuso Sexual	12
2.2.4. Atribuições Face ao Abuso Sexual	13
2.3. Procedimentos de Recolha e Análise de Dados	14
Resultados	17
3.1. Associações entre as Variáveis em Análise	17
3.2. O Papel Moderador dos Mitos na Relação entre a Manipulação Experimental e as Atribuições	18
Capítulo VI.....	21
Discussão.....	21
Conclusão	27
Fontes	29
Referências	31

Índice de Quadros e Figuras

Quadro 2.1.....	11
Quadro 3.1.....	17
Quadro 3.2.....	19
Figura 3.1.....	20

Introdução

O abuso sexual na infância está associado a uma maior probabilidade de consequências potencialmente negativas para o desenvolvimento de crianças e adolescentes (OMS, 2017). Este impacto potencialmente negativo tende a ser acentuado pelo endosso de mitos e crenças que contribuem para a minimização da gravidade do abuso e para a desvalorização do testemunho das vítimas (Cromer & Goldsmith, 2010), assim como, para processos de vitimação secundária (Côté et al., 2022). A investigação sugere que o endosso de mitos e crenças acerca do abuso tende a reforçar estereótipos de género que definem o agressor como sendo do género masculino e a vítima do género feminino (Cromer & Goldsmith, 2010; Magalhães et al., 2022; Tozdan et al., 2019). Esta perspetiva pode conduzir à subvalorização da gravidade do abuso e à diminuição da credibilidade atribuída às vítimas em situações que não correspondam a este modelo (Magalhães et al., 2022; Tozdan et al., 2019). Paralelamente, as vítimas do género feminino são mais frequentemente responsabilizadas pela situação abusiva (Cotê, et al., 2022), apesar de serem percecionadas como mais vulneráveis e credíveis (Cromer & Goldsmith, 2010). Por outro lado, as vítimas do género masculino tendem a ser mais desacreditadas nos seus relatos (Rogers et al., 2009) como resultado de normas sociais que associam masculinidade a força e resistência (Graham, et al., 2007). A persistência destes mitos contribui para a invisibilidade de situações em que as agressoras são do género feminino, refletindo padrões de socialização e representações culturais que minimizam o impacto do abuso cometido por mulheres ou mães (Banton & West, 2019; Etherington, 1997; Magalhães et al., 2022).

Em contexto escolar, os professores assumem um papel central no reconhecimento e deteção de sinais de abuso sexual, assim como, na orientação e suporte de crianças e jovens (Gosen et al., 2024; Márquez-Flores et al., 2016). No entanto, a investigação demonstra que as atribuições dos professores podem ser influenciadas por mitos e estereótipos de género, comprometendo a eficácia da sua intervenção e o necessário apoio às vítimas (Gosen et al., 2024; Márquez-Flores et al., 2016).

Por conseguinte, no presente estudo pretendemos explorar estes processos com professores de diferentes ciclos de estudos. Assim, o presente trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos. No primeiro, é apresentado um enquadramento conceptual do abuso sexual na infância e na adolescência, partindo-se de aspectos gerais como a prevalência e possíveis consequências associadas, para uma maior particularização da evidência empírica relacionada com as atribuições face ao abuso e aos mitos, assim como,

a importância do papel dos professores no reconhecimento de sinais de abuso e proteção das vítimas. Seguidamente, no capítulo 2 encontra-se descrito o método, incluindo a descrição de participantes, os materiais utilizados e os procedimentos de recolha e análise de dados. O capítulo seguinte descreve os resultados do estudo empírico desenvolvido e por fim, no capítulo 4, é reservado espaço à discussão e reflexão crítica acerca dos mesmos, onde se incluem também as limitações do estudo e as suas implicações para a investigação futura e prática profissional.

Capítulo I

Enquadramento Teórico

1.1 Contextualização do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes

O abuso sexual na infância e adolescência constitui uma problemática presente em diferentes contextos a nível internacional (Stoltenborgh et al., 2015). Em 2024, a UNICEF estimava que globalmente 650 milhões, ou 1 em cada 5 meninas ou mulheres, foram vítimas de abuso sexual enquanto crianças. Da totalidade, 50 milhões são meninas que já foram vítimas e 600 milhões são mulheres adultas que foram vítimas enquanto crianças. E entre 410 e 530 milhões, ou cerca de 1 em cada 7 rapazes e homens, foram vítimas de violência sexual na infância e destes, cerca de 40 milhões são meninos que já foram vítimas e o restante são homens adultos que sofreram de violência sexual enquanto crianças (UNICEF, 2024). Trata-se de um fenômeno que afeta desproporcionalmente crianças em função do género, verificando-se uma prevalência de 18% de crianças do género feminino e de 7.6% de crianças do género masculino (Stoltenborgh, et al., 2015). De acordo com a Organização Mundial de Saúde (2017), o abuso sexual refere-se ao envolvimento de uma criança numa atividade sexual para a qual não é capaz de prestar o seu consentimento, uma vez que, em virtude do seu nível de desenvolvimento, não tem uma compreensão plena do ato (OMS, 2017). Esta definição evidencia a particular vulnerabilidade das crianças e jovens face a práticas que constituem uma grave violação dos seus direitos fundamentais e que podem acarretar consequências significativas para o seu desenvolvimento (OMS, 2017).

Em Portugal, a legislação define os 14 anos como a idade mínima legal para a manifestação de consentimento sexual (Artigo 171º, Lei 59/2007). Todavia, encontra-se prevista a distinção entre crimes contra a liberdade sexual (artigos 163º a 170º, Decreto-Lei 48/95) e crimes contra a autodeterminação sexual (artigos 171º a 178º, Decreto-Lei 48/95). Os primeiros pressupõem que a vítima tem capacidade para tomar decisões conscientes e autónomas acerca da sua vida sexual, sendo a infração nestes casos assente na violação da liberdade. Os segundos concernem a situações em que a vítima, devido à sua idade ou grau de desenvolvimento não está em posse da maturidade necessária para prestar consentimento válido, enquadrando-se nestes casos o crime de abuso sexual de crianças.

De acordo com o Relatório de Avaliação da Atividade das CPCJ (2024), foram comunicadas, no ano de 2024, 1 329 situações de perigo relacionadas com o abuso sexual de crianças, o que corresponde a 2.1% do total de casos de perigo comunicados, o que representa

um acréscimo de 67 casos em relação ao ano de 2023 (CNPDPCJ, 2024). Apesar de ser o subtipo de mau-trato menos prevalente, comparativamente a outras formas de abuso ou negligência, representa cerca de 10% dos casos de maus-tratos oficialmente confirmados (Putnam, 2003).

As repercuções potencialmente negativas do abuso sexual têm suscitado um interesse crescente por parte da comunidade científica, traduzindo-se num investimento significativo em investigação nesta área (WHO, 2017). Assim, o abuso sexual na infância e adolescência tem sido amplamente estudado, surgindo particularmente associado a maior probabilidade de dificuldades de funcionamento ao nível psicológico, emocional e social (MacIntosh & Ménard, 2021). Verificam-se um conjunto de fatores de natureza social e contextual que tendem a agravar o impacto do abuso sexual. A relação de proximidade e familiaridade do agressor à criança dificulta o processo de revelação, em virtude da relação de confiança estabelecida, o que acentua o impacto psicológico do abuso (George et al., 2021). Neste contexto, as vítimas tendem também a ser mais descredibilizadas, sendo que o menor reconhecimento da gravidade do abuso intrafamiliar não só acentua a descredibilização da vítima como pode amplificar o seu sofrimento (Davies & Rogers, 2009). Assim, o medo por parte das vítimas de não serem credibilizadas e validadas, decorrente de crenças e mitos, acentua as suas dificuldades psicológicas e sociais (Davies & Rogers, 2009). Acresce, ainda, que o endosso de mitos associados ao abuso, que culpabilizam e descredibilizam a vítima e minimizam o abuso, associa-se ao incremento de sentimentos de vergonha, culpa e isolamento social, e que estes processos de vitimação secundária agravam assim o sofrimento psicológico e social das vítimas (Côté et al., 2022).

1.2. Mitos sobre o Abuso Sexual de Crianças e Jovens: o Papel do Género da Criança e do Agressor

Os mitos sobre abuso sexual podem incluir diferentes dimensões. Por um lado, a difusão da culpa envolve a atribuição da responsabilidade pelo abuso a terceiros para além do agressor, incluindo por vezes a própria vítima (e.g., “Se as crianças não quisessem o abuso, podiam sempre dizer para parar”). Esta dimensão evidencia um padrão de responsabilização difusa, que contribui para a diluição da culpa do agressor, podendo favorecer a sua legitimação social. Do mesmo modo, os mitos podem envolver crenças que tendem a minimizar a dimensão abusiva do abuso sexual na infância e adolescência ou exageram o impacto do abuso e as suas potenciais consequências (Chim et al., 2020; Cromer & Goldsmith, 2010), o que dificulta o

reconhecimento da gravidade do abuso e pode impedir a denúncia e o suporte às vítimas. Finalmente, há ainda um conjunto de crenças estereotípicas acerca dos agressores (e.g., “Os abusadores são todos homens”) e das vítimas (e.g., “Só as crianças do género feminino é que são abusadas sexualmente”), que contribuem para a minimização do abuso e das suas consequências negativas (Chim et al., 2020; Cromer & Goldsmith, 2010). A identificação desta multiplicidade de crenças e mitos é importante, na medida em que estes estão associados a atitudes mais negativas face ao abuso sexual, incluindo a processos de culpabilização das vítimas (Magalhães et al. 2022).

Além disso, estes processos parecem ser influenciados por estereótipos sociais de género. As vítimas do género feminino tendem a ser culpabilizadas pela experiência abusiva (Cotê, 2022), e a ser percecionadas como mais vulneráveis e credíveis (Cromer & Goldsmith, 2010), as vítimas do género masculino enfrentam maior ceticismo quanto à veracidade dos seus relatos, em consequência da persistência de normas sociais que associam masculinidade à força e resistência (Graham, et al., 2007; Rogers et al., 2009). Acresce, que jovens do género masculino abusados por mulheres adultas tendem a ser percecionados socialmente como mais responsáveis pelo abuso do que aqueles que são abusados por homens, sugerindo a persistência de mitos que perpetuam a crença de que as mulheres não abusam sexualmente (Davies & Rogers, 2009). Genericamente, as vítimas de perpetradores do género masculino são consideradas mais credíveis do que vítimas de perpetradores do género feminino, o que pode estar relacionado com os estereótipos e percepções que associam maior gravidade ao abuso cometido por homens, e simultaneamente minimizam o impacto do abuso perpetrado por mulheres (Bradbury & Martellozzo, 2021; Rogers & Davies, 2007). A literatura assinala, ainda, a dificuldade na acreditação de alegações de abuso sexual por parte de uma figura materna, sendo este fenómeno particularmente evidente para crianças mais novas (Magalhães et al. 2022). Com efeito, funções de cuidado e proteção tendem a ser associadas às mães, o que reforça a crença de que as mulheres são incapazes de cometer crimes de ínole sexual a crianças (Enes, 2022), incluindo aos seus próprios filhos/as (Magalhães et al., 2022). De uma forma geral, verificam-se visões estereotipadas acerca do abuso sexual, sustentadas na imagem de um agressor masculino e de uma vítima feminina, e por esse motivo, cenários de abuso diferentes desta visão estereotípica podem estar associados a menor credibilidade das vítimas (Magalhães et al., 2022; Tozdan et al., 2019). Esta visão pode limitar a identificação de abuso sexual cometido por mulheres (Cromer & Goldsmith, 2010), uma vez que a persistência destes mitos dificulta a revelação da experiência abusiva. Tozdan et al., (2019) referem que estas situações abusivas por parte de mulheres parecem ser subnotificadas, refletindo aspectos de socialização

e percepções culturais que tendem a minimizar o abuso sexual de mulheres/mães (Banton & West, 2019; Etherington, 1997).

Do mesmo modo, também a idade da vítima constitui um fator com impacto significativo nas percepções de culpa e credibilidade. Vítimas mais novas tendem a ser percebidas como mais vulneráveis e, por isso, mais credíveis, enquanto crianças mais velhas ou adolescentes, especialmente do género masculino, tendem a ser menos credibilizadas e as suas experiências de abuso a serem alvo de mais atribuições de minimização do impacto do abuso (Cromer & Goldsmith, 2010; Davies & Rogers, 2009; Klettke et al., 2017; Roger set al., 2009). Este fenómeno está associado ao mito que sugere que crianças mais velhas são mais capazes de evitar ou resistir ao abuso (Rogers et al., 2009). Do mesmo modo, a proximidade ou familiaridade entre a vítima e o agressor também desempenha um papel determinante na forma como é percebido o comportamento abusivo (Magalhães et al., 2022; Rogers & Davies, 2007). Quando o agressor é um membro da família, como pai ou outro familiar próximo, observa-se maior propensão para minimizar a gravidade do abuso, em comparação com cenários em que o agressor é um estranho ou alguém com menor proximidade emocional, o que se relaciona com a presença de mitos que dificultam o reconhecimento do abuso quando este ocorre dentro do núcleo familiar, onde é frequentemente minimizado ou justificado (Davies & Rogers, 2009). Em contrapartida, situações de abuso perpetradas por indivíduos desconhecidos tendem a ser percecionadas como mais credíveis, resultando numa menor culpabilização das vítimas, quando comparadas com casos em que o agressor é uma pessoa próxima, como familiares ou amigos da família (Davies & Rogers, 2009). A percepção da culpabilidade do agressor aumenta quando a relação entre este e a vítima é de menor proximidade, e a credibilidade da vítima diminui quando o agressor é alguém com quem a criança tem uma relação próxima ou de confiança, o que sugere que o grau de proximidade ou familiaridade entre o agressor e a vítima pode contribuir para o estigma, assim como para a culpabilização da vítima em contextos de abuso perpetrado por pessoas próximas, como o abuso intrafamiliar (Davies & Rogers, 2009).

Adicionalmente, o género dos participantes tem sido reportado como uma variável central nas atitudes e atribuições em cenários de abuso sexual de crianças, assim como no endosso de mitos de abuso. Ferragut et al. (2022) encontraram diferenças de género na aceitação de mitos associados ao abuso sexual de crianças, sendo estes mais reportados por homens do que por mulheres. Especificamente, os homens tendem a acreditar que situações de abuso sexual são mais frequentes em famílias com estatuto socio económico mais baixo, assim como em crer que as crianças confabulam sobre o abuso sexual (Ferragut et al., 2020). Magalhães et al., (2022) concluíram que os homens tendem a considerar o abuso sexual como menos grave,

atribuindo menos culpa ao agressor e menos credibilidade às vítimas em comparação com as mulheres (Magalhães et al., 2022). Estas diferenças podem ser compreendidas como resultado da interação entre condicionantes biológicas e sociais que moldam as suas cognições e comportamentos, incluindo níveis mais reduzidos de empatia, e mais elevados de orientação para a dominância social e para a desvinculação (Magalhães et al., 2022).

Uma análise das atitudes e atribuições face ao abuso sexual e do endosso de mitos sugere que estes persistem em diversos grupos, nomeadamente entre estudantes universitários, profissionais ou no público em geral (Cromer & Goldsmith, 2010). Com efeito, estas crenças não se encontram apenas disseminadas nos contextos social e comunitário, mas também são relevantes em contextos profissionais e judiciais (Magalhães et al., 2022). Pela relevância do contexto escolar, enquanto contexto privilegiado de desenvolvimento na infância e adolescência, nesta dissertação focar-nos-emos nos professores.

1.3. O Papel dos Professores no Contexto do Abuso Sexual na Infância e Adolescência

A relevância dos profissionais de primeira linha, nomeadamente os professores, no processo de reconhecimento e apoio a crianças e jovens vítimas de abuso revela-se fundamental (Márquez-Flores et al., 2016, Sainz et al., 2020; Schols et al., 2013; Walsh et al., 2012). Pelo contacto diário com as crianças, os professores ocupam uma posição privilegiada na identificação de possíveis sinais de abuso, tais como mudanças comportamentais, emocionais ou físicas (Márquez-Flores et al., 2016). Neste sentido, as escolas, enquanto o segundo maior contexto de socialização das crianças, constituem o espaço onde as mesmas podem revelar situações de maus-tratos, vulnerabilidades ou sofrimento emocional decorrente de experiências abusivas, assumindo por isso, os professores, um papel de extrema importância na identificação de indicadores de negligência ou abuso (Sainz et al., 2020). Para além deste papel de vigilância e proteção, os professores podem contribuirativamente para a prevenção do abuso ao promover ambientes seguros, de confiança e abertos à discussão acerca da sexualidade e do abuso sexual. A construção de um espaço de diálogo seguro facilita a expressão das crianças, facilita a possibilidade da revelação de abuso, e garante maior acesso a apoio adequado (Magalhães et al., 2025; Sigad, et al., 2022). De igual modo, a forma como os professores respondem a uma eventual revelação é decisiva, uma vez que a minimização do abuso, a culpabilização da vítima ou a atribuição errónea da responsabilidade constituem processos de vitimação secundária que podem comprometer o bem-estar e desenvolvimento das crianças (Magalhães et al., 2025).

Contudo, a literatura evidencia limitações significativas no conhecimento dos professores relativamente à identificação de sinais de abuso sexual. No estudo conduzido por Hinson e Fossey (2000), apenas 16% dos professores consideraram possuir capacidades para reconhecer indicadores de abuso sexual. Este reduzido conhecimento parece estar relacionado com a ausência de informação específica sobre esta experiência e respetivas dinâmicas abusivas, o que favorece o endosso de vários mitos e crenças relacionadas com o fenómeno (Márquez-Flores et al., 2016). Especificamente, num estudo de Márquez-Flores et al., (2016) realizado com uma amostra de 450 professores, verificou-se que, embora a grande maioria dos professores rejeite a crença de que mais de metade dos casos comunicados de abuso são falsos, reconhecendo que as falsas denúncias são raras, persiste a ideia, equivocada, de que o abuso sexual na infância envolve necessariamente o uso de força física. Esta percepção pode conduzir à descredibilização de casos nos quais não há recurso à força física, ou naquelas em que o perpetrador é uma figura parental, como o pai ou a mãe (Andreu et al., 2025; Márquez-Flores et al., 2016). Os mesmos autores identificam, ainda, que apesar dos professores reconhecerem a possibilidade de mulheres cometerem agressões sexuais, prevalece a percepção de que a maioria dos agressores é do género masculino, o que favorece a descredibilização do abuso cometido por mulheres (Márquez-Flores et al., 2016). Do mesmo modo, profissionais do género masculino tendem a endossar mais mitos acerca do abuso do que as profissionais do género feminino (Andreu et al., 2025).

Por toda esta evidência, torna-se clara a necessidade de maior investimento na investigação com professores, explorando os processos de atribuição de credibilidade em situações de abuso sexual, assim como o papel do endosso de mitos neste contexto.

1.4. O Presente Estudo

O abuso sexual pode ter consequências significativas no desenvolvimento psicossocial das vítimas (Nagtegaal & Boonmann, 2022; Paolucci, et al., 2001; Pereda et al., 2009; Putnam, 2003), sendo este impacto acentuado pelo endosso de mitos e crenças erróneas acerca do mesmo. Estas crenças podem constituir-se como formas de vitimação secundária, que agravam o sofrimento das vítimas, podendo comprometer o seu processo de recuperação ou de procura de apoio (Cromer & Goldsmith, 2010; Magalhães et al., 2025; Somer & Szwarcberg, 2001).

Apesar de persistir a percepção de que o abuso sexual é maioritariamente perpetrado por estranhos, a evidência demonstra que ocorre com maior frequência no contexto familiar, sendo particularmente comum a minimização da responsabilização de agressores parentais (Chim et

al., 2020; Cromer & Goldsmith, 2010). Neste contexto, observa-se uma tendência para atribuir menos honestidade à vítima quando a agressora é a mãe de um adolescente do que ao abuso de um pai à filha criança (Magalhães et al., 2022). Do mesmo modo, menor credibilidade é atribuída a situações de abuso materno a uma criança do género feminino, o que reflete representações sociais estereotipadas que associam a maternidade ao cuidado e proteção, dificultando o reconhecimento do abuso perpetrado por mulheres (Magalhães et al., 2022).

Concomitantemente, a importância dos profissionais de primeira linha, tal como os professores, assume especial relevância, pois o seu contacto diário com crianças configura uma posição privilegiada no reconhecimento de situações de abuso. Assim, a promoção de um espaço de comunicação aberta e segura acerca do tema da sexualidade, potenciando uma eventual revelação em segurança e a garantia do acesso ao apoio adequado, carecem de informação fidedigna e da minimização de mitos e crenças (Magalhães et al., 2025; Sigad, et al., 2022). Por conseguinte, neste estudo pretendemos: 1) explorar a associação entre mitos sobre o abuso sexual e atribuições de severidade do abuso, credibilidade e honestidade da vítima, e culpabilidade do agressor; 2) explorar o papel do género da vítima e do agressor nas atribuições dos professores; 3) e testar o papel moderador dos mitos na relação entre a manipulação experimental (género da vítima e do agressor) e as respetivas atribuições. Atendendo à maior prevalência de situações de abuso sexual intrafamiliar, serão utilizados neste estudo cenários hipotéticos de abuso sexual intrafamiliar.

Com base na literatura anteriormente apresentada, espera-se (H1) uma associação negativa entre o endosso de mitos sobre o abuso sexual e atribuições de severidade do abuso, credibilidade e honestidade da vítima, culpabilidade do agressor e positiva com a culpabilidade da vítima; (H2) vítimas do género masculino tenderão a ser menos credibilizadas, e o abuso a ser percebido como menos severo do que vítimas do género feminino; (H3) nos cenários em que a agressora é do género feminino, a mesma tende a ser percebida como menos culpada, e as vítimas como menos credíveis, honestas e cuja severidade é mais reduzida; (H4) que estes resultados sejam mais evidentes em participantes que reportam níveis mais elevados de mitos de abuso sexual.

Capítulo II

Método

2.1. Participantes

Este estudo foi concebido para incluir professores do primeiro, segundo ou terceiro ciclo do ensino básico e do ensino secundário, com domínio da língua portuguesa ao nível oral e escrito. Acederam ao link do questionário 399 participantes, no entanto, apenas 283 respostas foram consideradas válidas para efeitos de análise, uma vez que: 2 participantes não consentiram, 82 não completaram todas as respostas necessárias, e 32 não responderam corretamente a pelo menos uma das questões de controlo da manipulação experimental (*manipulation check*).

Assim, foram incluídas na análise do presente estudo as respostas de 283 professores, com idades entre os 23 e os 78 anos ($M = 51.44$; $DP = 10.50$), maioritariamente mulheres (85.5%) e casados (64.2%). A maioria dos participantes indicou não conhecer ou ter conhecido uma criança ou adolescente vítima de abuso sexual (59%). Estes participantes têm em média 25 anos de experiência profissional ($DP = 11.74$) e a maioria apresenta mais de 20 anos de experiência (68.1%). Dos restantes, 19.4% apresenta entre 10 e 20 anos de experiência e 12.5% apresenta menos de 10 anos de experiência profissional como professor.

No que diz respeito ao exercício da atividade de docência, 88.7% encontra-se a exercer funções letivas, sendo que a maioria desempenha estas funções no setor público (83.7%). No que concerne ao nível de ensino lecionado, a maioria dos professores exerce nos primeiros ciclos de ensino básico: 29.3% exerce funções no 1º Ciclo, 17.7% no 2º Ciclo, 19.8% no 3º Ciclo e 16.3% leciona no ensino secundário. Além disso, 15.8% dos professores leciona em mais do que um nível de ensino. Finalmente, a maior parte destes professores concluiu uma licenciatura (54.8%), 34.6% terminou um Mestrado e 3.5% detêm o grau de doutoramento.

2.2. Materiais

2.2.1. Questionário Sociodemográfico

Recorreu-se à aplicação de um questionário sociodemográfico com o objetivo de caracterizar os participantes do presente estudo quanto às suas características individuais (i.e., género, idade,

habilitações literárias, estado civil) e profissionais (i.e., tempo, contexto profissional e ciclos de estudos em que leciona).

2.2.2. Mitos sobre Abuso Sexual

Para avaliar os mitos associados ao abuso sexual foi utilizada a subescala de Difusão da Culpa da escala de Mitos de Abuso Sexual (Collings et al., 2009; versão portuguesa de Chim et al., 2020). Esta subescala é composta por cinco itens (e.g. *Crianças que se comportam de forma sedutora devem ser vistas como parcialmente culpadas se um adulto lhes responde de forma sexualizada*), respondidos numa escala tipo *Likert* de 5 pontos (1 = “discordo fortemente” a 5 = “concordo fortemente”). No que diz respeito à consistência interna desta subescala, foram obtidos valores apropriados, quer na versão portuguesa ($\alpha = 0.81$) (Chim et al., 2020), quer no presente estudo ($\alpha = 0.73$).

2.2.3. Vinhetas de Abuso Sexual

Os participantes foram expostos a um caso hipotético de abuso sexual, aleatoriamente apresentado, em quatro vinhetas possíveis em que o género do agressor e da vítima de abuso sexual foram manipulados (Quadro 2.1).

Quadro 2.1

Vinhetas Utilizadas no Presente Estudo

Vítima do género masculino, perpetrador do género masculino	Manuel tem 7 anos, é filho de pais divorciados, mora com a mãe, e visita o pai ao fim-de-semana. Num desses fins-de-semana, ao voltar para casa da mãe no domingo, o Manuel estava apático. Quando a mãe o questionou sobre se se passava algo errado, Manuel refere que o pai tinha entrado no seu quarto enquanto ele dormia, acordou-o tocando nos seus genitais e disse-lhe para tocar também nos dele.
Vítima do género masculino, perpetrador do género feminino	Manuel tem 7 anos, é filho de pais divorciados, mora com o pai, e visita a mãe ao fim-de-semana. Num desses fins-de-semana, ao voltar para casa do pai no domingo, Manuel estava apático. Quando o pai o questionou sobre se se passava algo errado, Manuel refere que a mãe tinha entrado no seu quarto enquanto

	ele dormia, acordou-o tocando nos seus genitais e disse-lhe para tocar também nos dela.
Vítima do género feminino, perpetrador do género masculino	Maria tem 7 anos, é filha de pais divorciados, mora com a mãe, e visita o pai ao fim-de semana. Num desses fins-de-semana, ao voltar para casa da mãe no domingo, Maria estava apática. Quando a mãe a questionou sobre se se passava algo errado, Maria refere que o pai tinha entrado no seu quarto enquanto ela dormia, acordou-a tocando nos seus genitais e disse-lhe para tocar também nos dele.
Vítima do género feminino, perpetrador do género feminino	Maria tem 7 anos, é filha de pais divorciados, mora com o pai, e visita a mãe ao fim-de semana. Num desses fins-de-semana, ao voltar para casa do pai no domingo, Maria estava apática. Quando o pai a questionou sobre se se passava algo errado, Maria refere que a mãe tinha entrado no seu quarto enquanto ela dormia, acordou-a tocando nos seus genitais e disse-lhe para tocar também nos dela.

2.2.4. Atribuições Face ao Abuso Sexual

No presente estudo foi utilizado um questionário constituído por 10 itens (Davies & Rogers, 2009; Magalhães et al., 2022) respondidos numa escala do tipo Likert de 7 pontos (de 1 "Discordo Totalmente" a 7 "Concordo Completamente"). Depois de expostos a uma das vinhetas, os participantes responderam a estes itens, organizados em torno de cinco dimensões de atribuições: *Severidade do Abuso* (e.g., A Maria/Manuel poderá ficar traumatizada depois do que aconteceu; $\alpha = .77$); *Honestidade da Vítima* (e.g., A Maria/Manuel não mentiria sobre acontecimentos desta natureza; $\alpha = .79$), *Culpabilidade da Vítima* (e.g., A Maria/Manuel não foi responsável pelo que aconteceu; item invertido; $\alpha = .70$), *Culpabilidade do Perpetrador* (e.g., O pai/mãe deve ser culpado/a pelo que aconteceu; $\alpha = .91$) e *Credibilidade da Vítima* (e.g., A Maria/Manuel é competente para providenciar informação fidedigna sobre este tipo de acontecimento; $\alpha = .72$) (Magalhães et al., 2022).

No presente estudo, foram obtidos valores de consistência interna aceitáveis para todas as dimensões - *Severidade do Abuso* ($\alpha = .66$; $\rho = .51$), *Honestidade da Vítima* ($\alpha = .77$; $\rho = .62$), *Culpabilidade do Perpetrador* ($\alpha = .68$; $\rho = .52$) e *Credibilidade da Vítima* ($\alpha = .58$; $\rho = .42$), exceto no caso da *Culpabilidade da Vítima* ($\alpha = .22$; $\rho = .13$). Em todas as dimensões,

apesar dos valores de *Alpha de Cronbach* reduzidos, os valores de correlação *inter-item* situaram-se todos acima de .15, o que sugere que a consistência interna destas dimensões não está comprometida, exceto na dimensão de Culpabilidade da Vítima, e que por esse motivo, não será utilizada no presente estudo.

2.3. Procedimentos de Recolha e Análise de Dados

Este estudo integra um projeto de investigação mais alargado que pretende contribuir para a compreensão sobre as atribuições de profissionais (em contexto escolar, de saúde e justiça) acerca do abuso sexual na infância e teve aprovação por parte da Comissão de Ética – CIS-Iscte em 25 de outubro de 2024 (Referência 24/026).

A recolha de dados foi efetuada online através do *Qualtrics* e divulgado em diversas redes sociais (e. g. *Facebook*, *WhatsApp*). Previamente, foi obtido o consentimento informado de todos os participantes, tendo sido a participação voluntária e sem qualquer retorno financeiro ou de outra natureza. Ficaram igualmente garantidos o anonimato e a confidencialidade dos participantes. Os participantes foram previamente informados do tempo estimado de resposta e todos os dados foram recolhidos num único momento.

Os participantes preencheram primeiro os questionários de autorrelato e posteriormente foram expostos a uma das vinhetas, tendo depois respondido às questões sobre as atribuições face ao abuso sexual. Com o intuito de assegurar a eficácia da manipulação experimental das vinhetas apresentadas (“*manipulation check*”), responderam, ainda, a um conjunto de três questões acerca da mesma: (1) A criança era do género (cujas opções de resposta eram: “Masculino”, “Feminino” e “Não sei/Não me lembro”); (2) A criança morava com (com as opções de resposta “A mãe”, “O pai”, “Não sei/Não me lembro”) e (3) A criança foi passar o fim de semana (com as alternativas de resposta “A casa da mãe”, “A casa do pai”, “Não sei/Não me lembro”). Apenas os participantes que responderam corretamente a todas as questões foram incluídos nas análises.

Para efeitos de análise dos dados, recorreu-se ao *IBM SPSS Statistics* (Versão 29.0.2.0). Foram realizadas análises de correlação de *Pearson* entre as variáveis em estudo e para testar o efeito da manipulação experimental (género da vítima e do agressor) nas atribuições dos professores face ao abuso assim como o papel moderador dos mitos foi realizada uma análise multivariada de covariância (MANCOVA), controlando para o efeito o género e os anos de experiência profissional. O papel moderador dos mitos foi testado considerando três níveis de

mitos de abuso sexual, identificados a partir de uma análise de tercis da variável contínua de mitos: reduzidos ($n=135$; $M < 1.00$), médios ($n=68$; $M = 1.20-1.40$) e elevados ($n=80$; $M > 1.60$).

Capítulo III

Resultados

3.1. Associações entre as Variáveis em Análise

A análise dos resultados sugere a existência de associações estatisticamente significativas entre as atribuições e as variáveis em estudo (Quadro 3.1). Especificamente, foram encontradas associações positivas e estatisticamente significativas entre os mitos sobre o abuso sexual e o género, o que significa que os homens tendem a reportar níveis mais elevados de mitos, e negativas entre os mitos e as atribuições de severidade do abuso e honestidade da vítima. Além disso, foram encontradas associações negativas e estatisticamente significativas entre a idade e as atribuições de severidade do abuso e de credibilidade da vítima, e positivas com os anos de experiência profissional como professor. Do mesmo modo, foram obtidas correlações negativas e estatisticamente significativas entre os anos de experiência profissional e as atribuições de severidade do abuso e de credibilidade da vítima. Finalmente, registaram-se correlações positivas e estatisticamente significativas entre todas as dimensões de atribuições, com exceção da correlação entre severidade do abuso e credibilidade da vítima.

Quadro 3.1

Associações entre as Variáveis em Estudo

	1	2	3	4	5	6	7
1. Idade	1						
2. Género ^a	.037	1					
3. Anos de experiência como professor	.866**	-.004	1				
4. Mitos sobre Abuso Sexual	.095	.172**	.081	1			
5. Severidade do Abuso	-.131*	-.039	-.167**	-.170**	1		
6. Honestidade da Vítima	-.044	-.182**	-.063	-.168**	.185**	1	
7. Culpabilidade do perpetrador	-.010	-.005	-.025	-.056	.271**	.311**	1
8. Credibilidade da Vítima	-.139*	-.117*	-.136*	-.109	.115	.403**	.135*

Nota: * p < 0.05; ** p < 0.01; Género: 0-Mulher, 1-Homem; ^a correlação ponto bisserial.

3.2. O Papel Moderador dos Mitos na Relação entre a Manipulação Experimental e as Atribuições

Com o objetivo de compreender se as atribuições dos participantes face ao abuso sexual variam em função da manipulação experimental (i.e., do género da vítima e do perpetrador), foi realizada uma análise multivariada de covariância (MANCOVA), controlando o efeito do género e dos anos de experiência profissional. Com efeito, na sequência da análise de correlações previamente apresentada, foram controladas as variáveis que apresentavam associações estatisticamente significativas com os mitos ou com as atribuições. Atendendo à elevada correlação entre a idade e os anos de experiência profissional, foi apenas considerada como co-variável os anos de experiência profissional, prevenindo assim problemas de multicolinearidade.

Inicialmente, foi testado o pressuposto de homogeneidade de covariância através do teste *M de Box* ($Box'M= 272.948, p< .001$). No que diz respeito ao teste de *Levene*, verificou-se que uma das variáveis não atende ao pressuposto da homogeneidade das variâncias (Severidade do Abuso: $p< .001$), pelo que, com o intuito de interpretar a significância dos efeitos multivariados foi utilizado como referência o teste do *Wilks' Lambda*.

Os resultados revelaram um efeito principal estatisticamente significativo da manipulação experimental ($Wilks' Lambda=.912, F(12, 690) = 2.033, p=.019, \eta_p^2 = .030$). As análises univariadas revelaram efeitos estatisticamente significativos da manipulação experimental na Severidade do Abuso ($F(3, 277) = 2.901, p = .035; \eta_p^2 = .032$), na Honestidade da Vítima ($F(3, 277) = 4.158, p = .007; \eta_p^2 = .045$) e na Credibilidade da Vítima ($F(3, 277) = 3.146, p = .026; \eta_p^2 = .035$). Os testes post-hoc *Tukey* revelaram que níveis superiores de Severidade do Abuso tendem a ser reportados num cenário de abuso sexual por parte do pai ao filho comparativamente a um cenário de abuso sexual por parte da mãe ao filho ($p=.049$) (Tabela 3.2). Do mesmo modo, níveis superiores de Honestidade da Vítima ($p=.007$) e de Credibilidade da Vítima ($p=.017$) tendem a ser reportados num cenário de abuso sexual por parte do pai ao filho comparativamente a um cenário de abuso sexual por parte da mãe à filha (Quadro 3.2).

Quadro 3.2

Diferenças nas Atribuições dos Professores em função da Manipulação Experimental

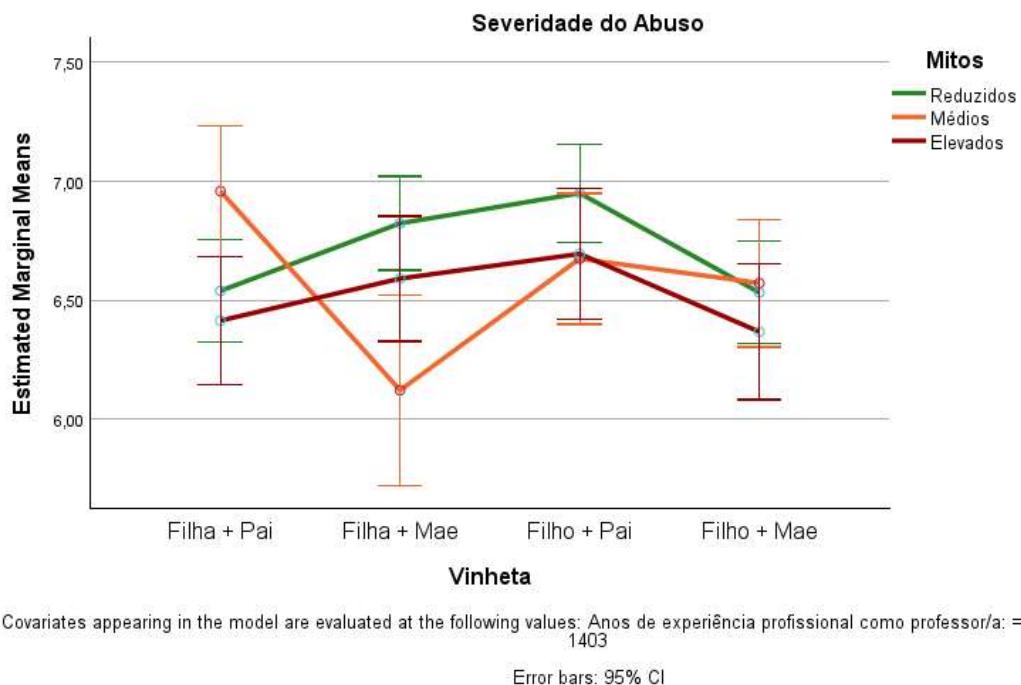
	Vinheta de Abuso Sexual	M	DP	N
Culpabilidade do Perpetrador	Criança do género feminino vítima do pai	6.57	0.82	70
	Criança do género feminino vítima da mãe	6.48	0.89	67
	Criança do género masculino vítima do pai	6.67	0.68	72
	Criança do género masculino vítima da mãe	6.55	0.76	69
Honestidade da Vítima	Criança do género feminino vítima do pai	4.99	1.30	70
	Criança do género feminino vítima da mãe	4.91	1.25	67
	Criança do género masculino vítima do pai	5.50	1.26	72
	Criança do género masculino vítima da mãe	5.02	1.26	69
Severidade do Abuso	Criança do género feminino vítima do pai	6.62	0.69	70
	Criança do género feminino vítima da mãe	6.66	0.56	67
	Criança do género masculino vítima do pai	6.80	0.44	72
	Criança do género masculino vítima da mãe	6.50	0.78	69
Credibilidade da Vítima	Criança do género feminino vítima do pai	5.04	1.32	70
	Criança do género feminino vítima da mãe	4.75	1.59	67
	Criança do género masculino vítima do pai	5.22	1.33	72
	Criança do género masculino vítima da mãe	5.00	1.37	69

Além disso, foi encontrado um efeito de moderação estatisticamente significativo dos mitos na relação entre a manipulação experimental e as atribuições ($Wilks' Lambda = .851$, $F(24, 911) = 1.796$, $p = .011$, $\eta_p^2 = .039$). As análises univariadas revelaram que estes efeitos de moderações foram significativos apenas para a dimensão da Severidade do Abuso ($F(6, 277) = 3.005$, $p = .007$; $\eta_p^2 = .064$).

Especificamente, no cenário em que a filha é vítima do pai, níveis mais reduzidos de Severidade do Abuso tendem a ser reportados por professores que apresentam níveis elevados de mitos ($M=6.40$) por comparação com professores que apresentam níveis médios de mitos ($M=6.95$) ($p = .017$). No cenário em que a filha é vítima da mãe, níveis mais elevados de Severidade do Abuso tendem a ser reportados por professores que apresentam níveis reduzidos de mitos ($M=6.83$) por comparação com professores que apresentam níveis médios de mitos ($M=6.11$) ($p = .006$) (cf. Figura 3.1).

Figura 3.1

Efeito moderador dos mitos na relação entre a manipulação experimental e a Severidade do Abuso



Capítulo VI

Discussão

A presente dissertação teve como propósito investigar a associação entre mitos sobre o abuso sexual e atribuições de severidade do abuso, credibilidade e honestidade da vítima, e culpabilidade do agressor, assim como explorar o papel do género da vítima e do agressor nas atribuições dos professores, testando o papel moderador dos mitos na relação entre a manipulação experimental (género da vítima e do agressor) e as respetivas atribuições.

No que diz respeito ao primeiro objetivo, procedeu-se a uma análise de correlações entre as variáveis em estudo. Os resultados corroboram parcialmente a primeira hipótese de investigação, na medida em que foram encontradas associações negativas e estatisticamente significativas apenas entre o endosso de mitos e as atribuições de severidade do abuso e honestidade da vítima. Estes resultados sugerem que participantes que endossam mais mitos acerca do abuso sexual tendem também a avaliar as situações abusivas como menos severas e a considerar a vítima como revelando menor honestidade. Esta evidência converge com a literatura existente que demonstra que o endosso de mitos está associado a processos de minimização da gravidade do abuso, contribuindo para processos de vitimação secundária e comprometendo a disponibilização do apoio adequado, assim como, dificultando o suporte às vítimas (Andreu et al., 2025; Cromer & Goldsmith, 2010; Magalhães et al., 2022). Concomitantemente, o endosso de mitos associa-se a avaliações menos severas de abuso e maior desacreditação quanto à veracidade dos relatos, sobretudo em situações em que o agressor mantém uma relação próxima da vítima ou é um membro da família, como pai ou mãe (Magalhães et al., 2022), tal como acontece neste estudo.

No sentido de identificar a necessidade de controlar um conjunto de variáveis individuais e profissionais nos modelos de análise de variâncias, foram testadas associações entre as variáveis em estudo e o género, idade e anos de experiência como professor. Os resultados revelaram que os homens apresentaram níveis mais elevados de mitos sobre o abuso sexual. Estes resultados corroboram investigações anteriores que sugerem que os homens tendem a endossar mais mitos relacionados com o abuso, comparativamente às mulheres (Chim et al., 2020; Cromer & Goldsmith, 2010; Davies & Rogers, 2009; Magalhães et al., 2022). Segundo Magalhães et al. (2022) esta tendência poderá ser explicada por fatores sociocognitivos como a maior orientação para a dominância social, maior propensão para a desvinculação moral e menor empatia reportada pelos homens, o que por sua vez pode favorecer o seu maior endosso de mitos (Magalhães et al., 2022).

Verificou-se igualmente, neste estudo, uma associação negativa entre o número de anos de experiência de docência e as atribuições de severidade do abuso e credibilidade à vítima, sugerindo que professores com mais experiência profissional tendem a minimizar mais a gravidade da experiência abusiva e a descredibilizar mais o relato da vítima. O mesmo padrão de associação foi encontrado para a idade. Assim, os resultados deste estudo sugerem que a experiência profissional, ainda que possa implicar maior contacto com situações de abuso sexual, não parece ser suficiente para assegurar atribuições mais positivas ou sensíveis em relação às vítimas. A literatura sugere que os professores podem adotar estratégias de distanciamento face a situações de abuso sexual, o que, por sua vez, pode refletir uma redução da percepção da gravidade destas situações (Sigad & Tener, 2022). Assim, a exposição prolongada a múltiplas problemáticas escolares pode contribuir para estratégias de evitamento e distanciamento com vista à sua melhor adaptação e gestão emocional destas circunstâncias. Esta evidência reforça a necessidade de formação contínua, especialmente com professores mais experientes, a fim de atualizar conhecimentos, e promover maior sensibilidade face a situações de abuso sexual de crianças e adolescentes, assim como, na valorização do relato das vítimas. Adicionalmente, no seu estudo, Márquez-Flores, et al., (2016) referem que na ausência de formação contínua estruturada, a experiência prolongada tende a consolidar práticas e padrões interpretativos preexistentes, o que pode dificultar a integração de perspetivas mais atualizadas e informadas acerca do abuso sexual neste contexto. Assim, consideramos que o investimento em processos formativos e reflexivos e sustentados empiricamente constitui um passo essencial para reforçar a capacidade dos professores em reconhecer a gravidade do abuso e a validar adequadamente o relato das vítimas.

No que diz respeito ao segundo objetivo desta dissertação, os resultados da MANCOVA não corroboram a segunda hipótese de investigação, mas corroboram parcialmente a terceira hipótese de investigação. Especificamente, níveis superiores de severidade do abuso tendem a ser reportados num cenário de abuso sexual por parte do pai ao filho comparativamente a um cenário de abuso sexual por parte da mãe ao filho. Do mesmo modo, níveis superiores de honestidade da vítima e de credibilidade da vítima tendem a ser reportados num cenário de abuso sexual por parte do pai ao filho comparativamente a um cenário de abuso sexual por parte da mãe à filha. Estes resultados parecem sugerir que os estereótipos de género desempenham um papel determinante na interpretação e nas atribuições dos participantes em situações de abuso sexual, sendo os casos, em que as mulheres se afiguram como agressoras, considerados menos graves e as vítimas menos honestas e credíveis (Akdemir & Gölge, 2025; Enes, 2022; Magalhães et al., 2022; Roger & Davies, 2007). Do mesmo modo, a literatura sugere que os

homens tendem a ser considerados mais responsáveis e culpados em casos de abuso sexual, em comparação com as mulheres (Davies & Rogers, 2009; Rogers & Davies, 2007). Estes resultados vêm reforçar a investigação que sugere que as atribuições sociais e as percepções acerca do abuso sexual parecem assim variar em função do género do agressor (Magalhães et al., 2025). Paralelamente, o papel social atribuído às mulheres enquanto cuidadoras e a percepção de vulnerabilidade associada a estas pode contribuir para a minimização ou negação de situações sexualmente abusivas perpetradas por mulheres, e, por conseguinte, a uma menor atribuição de honestidade e credibilidade das vítimas (Banton & West, 2020; Magalhães, 2022; Vandiver & Kercher, 2004). Em contrapartida, características de agressividade e dominância tendem a ser mais atribuídas aos homens (Banton & West, 2020; Vandiver & Kercher, 2004), o que reforça a ideia de que comportamentos abusivos perpetrados por homens tendem a ser mais graves e a merecer maior condenação.

No que diz respeito ao último objetivo, e ao papel moderador dos mitos, os resultados corroboram apenas parcialmente a nossa quarta hipótese de investigação, tendo sido obtido um efeito estatisticamente significativo apenas para a dimensão da severidade do abuso. Especificamente, na vinheta em que o agressor é o pai e a vítima é a filha, verificou-se que os professores que apresentam níveis elevados de endosso de mitos avaliaram o abuso com menor severidade do que aqueles que apresentavam níveis médios de mitos. Este resultado é consistente com a literatura que associa a aceitação de mitos à minimização da gravidade de situações de abuso (Collings et al., 2009; Cromer & Goldsmith, 2010), particularmente em contextos de abuso intrafamiliar (Davies & Rogers, 2009, Magalhães et al., 2022). No seu estudo, Davies e Rogers (2009) apresentam evidências que demonstram que os casos de abuso sexual perpetrados por familiares, particularmente pelo pai, geram percepções paradoxais, ou seja, embora o abuso cometido pelo pai seja visto como mais grave, o mesmo é considerado como menos culpado e a vítima vista como menos honesta no relato do abuso (Davies & Rogers, 2009).

Por outro lado, na vinheta em que a mãe é agressora da filha, observou-se que os professores com baixos níveis de adesão a mitos atribuíram maior severidade ao abuso do que os que apresentam níveis médios de mitos. Este resultado parece sugerir que níveis reduzidos de mitos sobre o abuso sexual permitem aos professores uma percepção de maior variabilidade no perfil de agressores sexuais (não o limitando à visão estereotípica do homem agressor) e por isso a maior percepção de severidade neste cenário. Esta evidência converge com a literatura que indica que a rejeição de mitos associados ao abuso contribui para uma avaliação mais adequada da

severidade do abuso, sobretudo em contextos em que a vítima e o perpetrador partilham o mesmo género (Davies & Rogers, 2009; Roger et al., 2009).

De uma forma geral, os resultados deste estudo sugerem a relevância de considerar a interação de fatores individuais dos participantes (como o endosso de mitos) e das vítimas e dos agressores (género) quando se exploram atitudes face ao abuso, vítimas e agressores. Não obstante da relevância destes resultados, importa reconhecer um conjunto de limitações. Relativamente à amostra, a mesma é de conveniência, não representativa e maioritariamente do género feminino, o que condiciona a possibilidade de generalização dos resultados. Além disso, não foram explorados fatores contextuais, como por exemplo, formação específica em abuso sexual de crianças e adolescentes, ou a experiência prévia de contacto com vítimas, o que poderá influenciar a forma como os professores avaliam as situações de abuso. Da mesma forma, a caracterização do contexto sociocultural das escolas poderá acrescentar informação significativa à forma com o abuso sexual é avaliado pelos professores e assim perceber se fatores socioeconómicos ou culturais podem estar associados às atribuições dos professores perante situações de abuso sexual.

Apesar destas limitações, os resultados deste estudo apresentam implicações relevantes tanto para a prática pedagógica, como para a formulação de políticas públicas de prevenção e intervenção no abuso sexual de crianças e adolescentes. Especificamente, importa investir em programas de formação inicial e contínua para professores. A formação de professores nesta área é fundamental para a capacitação e reconhecimento de sinais de abuso por parte destes profissionais, assim como, para conhecerem as obrigações legais e agirem de forma eficaz perante estas situações (Almhizai, 2025; Gosen et al., 2024; Hinson & Fossey, 2000; Schols et al., 2013). A inclusão de módulos específicos acerca do abuso sexual na infância e na adolescência na formação de professores, assim como a oferta de treino regular ao longo da carreira, constitui um passo fundamental para a desconstrução de crenças e mitos associados ao abuso, assim como, para a promoção de respostas mais adequadas e protetoras.

Os resultados obtidos neste estudo experimental realçam a importância de promover, no meio escolar, a reflexão crítica acerca de crenças que podem condicionar a percepção da gravidade e da credibilidade das situações sexualmente abusivas. Neste sentido, a implementação de programas de sensibilização que abordem as desigualdades de género e o seu impacto na vitimação sexual podem contribuir para uma redução dos mitos sobre o abuso assim como da minimização destas situações abusivas. A literatura evidencia, igualmente, que investir em programas de formação contínua para professores, de modo a fortalecer a sua capacidade de identificar sinais de abuso e compreender adequadamente os procedimentos de

denúncia pode favorecer o reconhecimento de casos suspeitos de abuso sexual (Márquez-Flores et al., 2016; Sigad et al. 2022; Yanowitz et al., 2003). Assim, apenas através da capacitação sistemática, consistente e sustentada, será possível garantir que os professores estão capazes de assumir o seu papel de agentes de proteção no contexto escolar, prevenindo processos de vitimação secundária. Os resultados deste estudo podem também oferecer contributos significativos para a formulação de políticas públicas, nomeadamente ao nível de campanhas comunitárias que abordem o endosso de mitos associados ao abuso sexual, assim como para a reformulação das atribuições e avaliações dos professores e outros profissionais nestas situações, e assim contribuir para uma mudança cultural mais ampla. Uma maior proteção das crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual será assegurada por uma atitude mais sensível, empática e acolhedora por parte das figuras significativas em contexto escolar.

Conclusão

Os resultados obtidos neste estudo revelam que as atribuições dos professores face ao abuso sexual de crianças e adolescentes, especificamente ao nível da severidade do abuso, honestidade da vítima e credibilidade da vítima, parecem variar em função do género da vítima e do agressor, num cenário de abuso sexual intrafamiliar. Além disso, estes resultados contribuem para aprofundar o conhecimento acerca do papel moderador dos mitos neste contexto.

Estes resultados sugerem assim a necessidade e a importância da inclusão de módulos de formação inicial e contínua de professores acerca do tema do abuso sexual de crianças e adolescentes. Também ao nível das políticas públicas, o desenvolvimento de campanhas comunitárias para a desconstrução de crenças poderá contribuir para uma mudança cultural mais ampla que se possa traduzir numa maior proteção e suporte às vítimas, mas também na criação de condições para uma abordagem mais sensível que favoreça a comunicação aberta e segura.

Os resultados aqui apresentados refletem um primeiro esforço em explorar estes processos a partir da perspetiva dos professores, sendo necessária evidência adicional acerca de variáveis explicativas das atribuições aqui exploradas, assim como o recurso a metodologias complementares qualitativas que permitam uma compreensão mais aprofundada sobre este tópico.

Fontes

Decreto-Lei nº 48/95 de 15 de março. *Diário da República nº 63/1995, Série I-A, 1350- 1416.*

Ministério da Justiça. Lisboa

Referências

- Akdemir, S., & Gölge, Z. B. (2022). The Role of Gender Stereotypes, Sexual Myths, and Professional Experience on the Attitudes Toward Female-Perpetrated Sexual Abuse Among Turkish Professionals. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 0306624X2210865. <https://doi.org/10.1177/0306624x221086571>
- Almhizai, R, Alharbi, M., Aljawharah Alshahrani, Alshalan, L., Rawan Bayamin, Alotaibi, F., Shawq Aljabri, Bayamin, A., & Somiah Alsarar. (2025). Preschool and primary teachers' perceptions about and experience with child abuse and neglect in Riyadh, Saudi Arabia in 2024-2025. *International Journal of Medicine in Developing Countries*, 1–1. <https://doi.org/10.24911/ijmdc.51-1736670712>
- Andreu, L., Guilera, G., & Pereda, N. (2025). Myths About Child Sexual Abuse Among Professionals: Validation of the CSAM Scale. *Psicothema*, 37(2), 42–49. <https://doi.org/10.70478/psicothema.2025.37.15>
- Banton, O., & West, K. (2019). Gendered Perceptions of Sexual Abuse: Investigating the Effect of Offender, Victim and Observer Gender on the Perceived Seriousness of Child Sexual Abuse. *Journal of Child Sexual Abuse*, 29(3), 1–16. <https://doi.org/10.1080/10538712.2019.1663967>
- Bradbury, P., & Martelozzo, E. (2021). “Lucky Boy!”; Public Perceptions of Child Sexual Offending Committed by Women. *Journal of Victimology and Victim Justice*, 4(2), 251660692110600. <https://doi.org/10.1177/2516606921106009>
- Chim, I., Magalhães, E., Graça, J., Antunes, C., & Ferreira, C. (2020). Child Sexual Abuse Myth Scale: Validity and Reliability Evidence in the Portuguese Context. *Journal of Child Sexual Abuse*, 29(7), 802–820. <https://doi.org/10.1080/10538712.2020.1801934>
- Collings, S. J., Lindblom, L., Madu, S. N., & Park, M. S. (2009). The Cross-Cultural Validity of the Child Sexual Abuse Myth Scale: A Preliminary Investigation. *Journal of Psychology in Africa*, 19(1), 9–17. <https://doi.org/10.1080/14330237.2009.10820253>
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. (2023). Relatório de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens [PDF]. Retirado de [Relatório-Anual-Avaliação-Atividade-CPCJ-2024.pdf](https://www.cpcj.pt/pt/relatorio-anual-avaliacao-atividade-cpcj-2024.pdf)
- Côté, P. B., Flynn, C., Dubé, K., Fernet, M., Maheu, J., Gosselin-Pelerin, A., Couturier, P., Cribb, M., Petrucci, G., & Cousineau, M.-M. (2022). “It Made Me so Vulnerable”: Victim-blaming and Disbelief of Child Sexual Abuse as Triggers of Social Exclusion Leading

- Women to Homelessness. *Journal of Child Sexual Abuse*, 31(2), 1–19. <https://doi.org/10.1080/10538712.2022.2037804>
- Cromer, L. D., & Freyd, J. J. (2009). Hear No Evil, See No Evil? Associations of Gender, Trauma History, and Values with Believing Trauma Vignettes. *Analyses of Social Issues and Public Policy*, 9(1), 85–96. <https://doi.org/10.1111/j.1530-2415.2009.01185.x>
- Cromer, L. D., & Goldsmith, R. E. (2010). Child Sexual Abuse Myths: Attitudes, Beliefs, and Individual Differences. *Journal of Child Sexual Abuse*, 19(6), 618–647. <https://doi.org/10.1080/10538712.2010.522493>
- Davies, M., & Rogers, P. (2006). Perceptions of male victims in depicted sexual assaults: A review of the literature. *Aggression and Violent Behavior*, 11(4), 367–377. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2006.01.002>
- Davies, M., & Rogers, P. (2009). Perceptions of Blame and Credibility Toward Victims of Childhood Sexual Abuse: Differences Across Victim Age, Victim-Perpetrator Relationship, and Respondent Gender in a Depicted Case. *Journal of Child Sexual Abuse*, 18(1), 78–92. <https://doi.org/10.1080/10538710802584668>
- Etherington, K. (1997). Maternal sexual abuse of males. *Child Abuse Review: Journal of the British Association for the Study and Prevention of Child Abuse and Neglect*, 6(2), 107–117. [https://doi.org/10.1002/\(sici\)1099-0852\(199705\)6:2%3C107::aid-car301%3E3.0.co;2-i](https://doi.org/10.1002/(sici)1099-0852(199705)6:2%3C107::aid-car301%3E3.0.co;2-i)
- Enes, Sofia (2022) "Female Sex Offenders: Double Standards," *Kean Quest*: Vol. 4: Iss. 2, Article 6. <https://digitalcommons.kean.edu/keanquest/vol4/iss2/6>
- Ferragut, M., Rueda, P., Cerezo, M. V., & Ortiz-Tallo, M. (2020). What Do We Know About Child Sexual Abuse? Myths and Truths in Spain. *Journal of Interpersonal Violence*, 088626052091857. <https://doi.org/10.1177/0886260520918579>
- Ford, H. H., Schindler, C. B., & Medway, F. J. (2001). School Professionals' Attributions of Blame for Child Sexual Abuse. *Journal of School Psychology*, 39(1), 25–44. [https://doi.org/10.1016/s0022-4405\(00\)00058-3](https://doi.org/10.1016/s0022-4405(00)00058-3)
- George, S. St., Denne, E., & Stolzenberg, S. N. (2021a). Blaming Children: How Rape Myths Manifest in Defense Attorneys' Questions to Children Testifying About Child Sexual Abuse. *Journal of Interpersonal Violence*, 37(17-18), 088626052110234. <https://doi.org/10.1177/08862605211023485>
- George, S. St., Denne, E., & Stolzenberg, S. N. (2021b). Blaming Children: How Rape Myths Manifest in Defense Attorneys' Questions to Children Testifying About Child Sexual

- Abuse. *Journal of Interpersonal Violence*, 37(17-18), 088626052110234. <https://doi.org/10.1177/08862605211023485>
- Giglio, J. J., Wolfteich, P. M., Gabrenya, W. K., & Sohn, M. L. (2011). Differences in Perceptions of Child Sexual Abuse Based on Perpetrator Age and Respondent Gender. *Journal of Child Sexual Abuse*, 20(4), 396–412. <https://doi.org/10.1080/10538712.2011.593255>
- Gosen, N. B., Sigad, L. I., Shaibe, J., Halaby, A., Efrat Lusky-Weisrose, & Tener, D. (2024a). “We Need to Raise Awareness and Never Give Up”: Israeli Druze and Muslim Arab Kindergarten Teachers’ Proactivity When Facing the Sexual Abuse of Their Students. *Behavioral Sciences*, 14(2), 142–142. <https://doi.org/10.3390/bs14020142>
- Gosen, N. B., Sigad, L. I., Shaibe, J., Halaby, A., Efrat Lusky-Weisrose, & Tener, D. (2024b). “We Need to Raise Awareness and Never Give Up”: Israeli Druze and Muslim Arab Kindergarten Teachers’ Proactivity When Facing the Sexual Abuse of Their Students. *Behavioral Sciences*, 14(2), 142–142. <https://doi.org/10.3390/bs14020142>
- Graham, L., Rogers, P., & Davies, M. (2007). Attributions in a Hypothetical Child Sexual Abuse Case: Roles of Abuse Type, Family Response and Respondent Gender. *Journal of Family Violence*, 22(8), 733–745. <https://doi.org/10.1007/s10896-007-9121-z>
- Hinson, J., & Fossey, R. (2000a). Child Abuse: What Teachers in the ’90s Know, Think, and Do. *Journal of Education for Students Placed at Risk (JESPAR)*, 5(3), 251–266. https://doi.org/10.1207/s15327671espr0503_4
- Hinson, J., & Fossey, R. (2000b). Child Abuse: What Teachers in the ’90s Know, Think, and Do. *Journal of Education for Students Placed at Risk (JESPAR)*, 5(3), 251–266. https://doi.org/10.1207/s15327671espr0503_4
- Horrocks, C. (2025). *The Myth of the Female Sex Offender*. Virtual Commons - Bridgewater State University. https://vc.bridgew.edu/undergrad_rev/vol6/iss1/20
- Hurtado, A., Katz, C., Ciro, D., & Guttfreund, D. (2013). Teachers’ knowledge, attitudes and experience in sexual abuse prevention education in El Salvador. *Global Public Health*, 8(9), 1075–1086. <https://doi.org/10.1080/17441692.2013.839729>
- Klettke, B., Mellor, D., & Hallford, D. (2017). The Effects of Victim Age, Perceiver Gender, and Parental Status on Perceptions of Victim Culpability When Girls or Women Are Sexually Abused. *Violence against Women*, 24(6), 650–667. <https://doi.org/10.1177/1077801217717355>

- MacIntosh, H. B., & Ménard, A. D. (2021). Where are We Now? A Consolidation of the Research on Long-term Impact of Child Sexual Abuse. *Journal of Child Sexual Abuse*, 30(3), 253–257. <https://doi.org/10.1080/10538712.2021.1914261>
- Magalhães, E., Gomes, A., Graça, J., Antunes, C., Chim, I., Ferreira, C., & Costa, P. (2025). Child Sexual Abuse Attributions: Are They Different Depending on Mothers versus Fathers' Reactions? *Anuario de Psicología Jurídica*, 35, 71–78. <https://doi.org/10.5093/apj2025a5>
- Magalhães, E., Graça, J., Antunes, C., Ferreira, C., & Pinheiro, M. (2021). Why Are Men More Likely to Endorse Myths About Child Sexual Abuse Than Women? Evidence From Disposition and Situation-Based Approaches. *Child Maltreatment*, 107755952098835. <https://doi.org/10.1177/1077559520988353>
- Márquez-Flores, M. M., Márquez-Hernández, V. V., & Granados-Gámez, G. (2016). Teachers' Knowledge and Beliefs About Child Sexual Abuse. *Journal of Child Sexual Abuse*, 25(5), 538–555. <https://doi.org/10.1080/10538712.2016.1189474>
- Mathews, B., & Collin-Vézina, D. (2019). Child Sexual Abuse: Toward a Conceptual Model and Definition. *Trauma, Violence, & Abuse*, 20(2), 131–148. <https://doi.org/10.1177/1524838017738726>
- McGee, H., O'Higgins, M., Garavan, R., & Conroy, R. (2011). Rape and Child Sexual Abuse. *Journal of Interpersonal Violence*, 26(17), 3580–3593. <https://doi.org/10.1177/0886260511403762>
- Nagtegaal, M. H., & Boonmann, C. (2021). Child Sexual Abuse and Problems Reported by Survivors of CSA: A Meta-Review. *Journal of Child Sexual Abuse*, 31(2), 1–30. <https://doi.org/10.1080/10538712.2021.1985673>
- Paolucci, E. O., Genuis, M. L., & Violato, C. (2001). A Meta-Analysis of the Published Research on the Effects of Child Sexual Abuse. *The Journal of Psychology*, 135(1), 17–36. <https://doi.org/10.1080/00223980109603677>
- Pereda, N., Guilera, G., Forns, M., & Gómez-Benito, J. (2009). The prevalence of child sexual abuse in community and student samples: A meta-analysis. *Clinical Psychology Review*, 29(4), 328–338. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2009.02.007>
- Putnam, F. (2003). Ten-Year Research Update Review: Child Sexual Abuse. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 42(3), 269–278. <https://doi.org/10.1097/00004583-200303000-00006>

- Rogers, P., & Davies, M. (2007). Perceptions of Victims and Perpetrators in a Depicted Child Sexual Abuse Case. *Journal of Interpersonal Violence*, 22(5), 566–584. <https://doi.org/10.1177/0886260506298827>
- Rogers, P., Titterington, L., & Davies, M. (2009). Attributions of Blame and Credibility in a Hypothetical Child Sexual Abuse Case: Roles of victim disability, victim resistance and respondent gender. *International Journal of Disability, Development and Education*, 56(3), 205–228. <https://doi.org/10.1080/10349120903102189>
- Sainz, V., González-Sánchez, M., & Ruiz-Alberdi, C. (2020). Knowledge of Child Abuse among Trainee Teachers and Teachers in Service in Spain. *Sustainability*, 12(19), 8040. <https://doi.org/10.3390/su12198040>
- Schols, M. W., de Ruiter, C., & Öry, F. G. (2013). How do public child healthcare professionals and primary school teachers identify and handle child abuse cases? A qualitative study. *BMC Public Health*, 13(1). <https://doi.org/10.1186/1471-2458-13-807>
- Sigad, L. I., Efrat Lusky-Weisrose, Malki, A., Roe, D., Moshon-Cohen, T. E., & Tener, D. (2022). “The Good World You Thought Existed does not”: Teachers’ Classroom and Self-Transformation Following Sexual Abuse of Pupils. *Child & Youth Care Forum*, 52(5), 1073–1091. <https://doi.org/10.1007/s10566-022-09724-7>
- Sigad, L. I., & Tener, D. (2020). Trapped in a Maze: Arab Teachers in Israel Facing Child Sexual Abuse Among Their Pupils. *Journal of Interpersonal Violence*, 088626052098327. <https://doi.org/10.1177/0886260520983278>
- Somer, E., & Szwarcberg, S. (2001). Variables in delayed disclosure of childhood sexual abuse. *American Journal of Orthopsychiatry*, 71(3), 332–341. <https://doi.org/10.1037/0002-9432.71.3.332>
- Stoltenborgh, M., Bakermans-Kranenburg, M. J., Alink, L. R. A., & van IJzendoorn, M. H. (2015). The Prevalence of Child Maltreatment across the Globe: Review of a Series of Meta-Analyses. *Child Abuse Review*, 24(1), 37–50. <https://doi.org/10.1002/car.2353>
- Stoltenborgh, M., van IJzendoorn, M. H., Euser, E. M., & Bakermans-Kranenburg, M. J. (2011). A Global Perspective on Child Sexual Abuse: Meta-Analysis of Prevalence Around the World. *Child Maltreatment*, 16(2), 79–101. <https://doi.org/10.1177/1077559511403920>
- Tozdan, S., Briken, P., & Dekker, A. (2019). Uncovering Female Child Sexual Offenders—Needs and Challenges for Practice and Research. *Journal of Clinical Medicine*, 8(3), 401. <https://doi.org/10.3390/jcm8030401>
- UNICEF. (2017). A familiar face: Violence in the lives of children and adolescents.

<https://data.unicef.org/resources/a-familiar-face/>

UNICEF, (2024). When Numbers Demand Action: Confronting the global scale of sexual violence against children, [UNICEF Sexual-Violence infographics final \(1\).pdf](#)

Vandiver, D. M., & Kercher, G. (2004). Offender and Victim Characteristics of Registered Female Sexual Offenders in Texas: A Proposed Typology of Female Sexual Offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 16(2), 121–137. <https://doi.org/10.1177/107906320401600203>

Ventus, D., Antfolk, J., & Salo, B. (2017). The associations between abuse characteristics in child sexual abuse: a meta-analysis. *Journal of Sexual Aggression*, 23(2), 167–180. <https://doi.org/10.1080/13552600.2017.1318963>

Walsh, K., Mathews, B., Rassafiani, M., Farrell, A., & Butler, D. (2012). Understanding teachers' reporting of child sexual abuse: Measurement methods matter. *Children and Youth Services Review*, 34(9), 1937-1946. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2012.06.004>

World Health Organization (2017). *Responding to children and adolescents who have been sexually abused*. WHO Clinical Guidelines.

<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/259270/9789241550147-eng.pdf>

Yanowitz, K. L., Monte, E., & Tribble, J. R. (2003). Teachers' beliefs about the effects of child abuse. *Child Abuse & Neglect*, 27(5), 483–488. [https://doi.org/10.1016/s0145-2134\(03\)00033-4](https://doi.org/10.1016/s0145-2134(03)00033-4)